

Sarney não podia ser expulso — e Lyra saiu

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Fernando Lyra resolveu rasgar a fantasia e dizer, aqui, o que não disse em discurso pronunciado segunda-feira na Assembleia Nacional Constituinte, quando se desligou do PMDB. Em suas palavras, sai porque constatou a impossibilidade de o presidente José Sarney ser expulso, por não desejar permanecer num partido que tem o chefe do governo como seu presidente de honra. E, mais ainda, que possui ministros como Frisco Viana e Aníbal Teixeira, entre outros que tomaram o PMDB de assalto, desvirtuando-o e trabalhando para a sua liquidação.

Estava, para o ex-ministro da Justiça, impossível continuar essa convivência, mesmo formal. O governo, para ele, desenvolve práticas jamais vistas na história do País. O presidente fala do déficit público e da necessidade de contê-lo, mas o ministro da Previdência Social acaba de distribuir nove bilhões de cruzados em troca do voto da maioria constituinte, e do PMDB, para a tese dos cinco anos de mandato. As despesas da Seplan até agora não puderam ser somadas. Vão muito além de nove bilhões, distribuídas a fundo perdido aos municípios de influência de parlamentares que rejeitaram a realização de eleições presidenciais este ano. Um festival assim nem há caverna do Ali Babá.

"Eu não podia ficar num partido que teve um de seus integrantes, o ex-ministro Aníbal Teixeira, indiciado pela Polícia Federal. Num partido que, mesmo depois do indiciamento, não emitiu uma opinião, um comentário, uma crítica", disse Fernando Lyra.

Para ele, não foram motivos regionais, nem pessoais, que o levaram a sair. Em Pernambuco, acen-tua, está muito bem. Lá, os partidos não valem, nem funcionam mais. É a Frente Popular que sensibiliza o eleitorado. Ser ou não ser candidato à prefeitura de Recife não depende de sua filiação partidária. Suas chances até seriam maiores, fora do PMDB. O que não dava mais era permanecer em meio a tanto descalabro, a tanta corrupção, praticada à sombra do governo federal e até por seus integrantes.

Não sair — é ainda o parlamentar pernambucano que diz — equivaleria a perder suas bases. E sua honra. A ficar tão desgastado como se encontra a administração federal. A ser confundido com ministros e funcionários empenhados em corromper e dilapidar os recursos públicos. Além, a respeito, Lyra lembra que esse mesmo grupo, com Sarney à frente, foi responsável pela liquidação da Arena, do PDS e do PF.

Agora, vão liquidar o PMDB. Já estão liquidando. Não farão isso com a sua complacência. As estruturas peemedebistas estão irremediavelmente atingidas, declara. Hoje, o partido tem suas decisões tomadas por governadores como Orestes Quércia, Newton Cardoso, quase todos os do Norte, Nordeste, Centro e Sul, que, exceção de Miguel Arraes, Waldir Pires e mais algum outro, integraram-se no esquema de corrupção e servilismo. São eles que indicarão rumos e diretrizes a adotar. Além, estão indicando, como na sessão da Consti-

tuante que decidiu sobre o tempo de governo dos presidentes da República.

"O PMDB virou isso, e o deputado Ulysses Guimarães não percebeu, ainda resiste e deixa o seu nome e o seu passado misturar-se com tamanho lamaçal. Vai se arrependendo." Com frases sempre contundentes, como esta, Lyra avança diagnóstico acre para o seu partido. Prevê a transformação do PMDB em legenda capaz de ser arrojada até a ditadura, se porventura não vier a ser replantada. Boa parte de suas bancadas vendeu a alma, para não falar daqueles que, egressos dos partidos da revolução, mudaram a sigla peemedebista em agência de empregos, favores, benesses e negociações. Tem valido de tudo, diz. Mas essas coisas não passam impunemente. O povo percebe, a opinião pública se acautela, acrescenta.

Conta como foi recebido no último domingo, na convenção municipal do PMDB de Caruaru, sua cidade natal: sob aplausos, quando anunciou que 24 horas depois se desligaria do partido. Em Pernambuco, informa, há prefeitos do PMDB fazendo excelentes administrações. Jarbas Vasconcelos, de Recife, é um deles. Pois não teve acesso a um empréstimo federal, a um centavo sequer, apesar de dispor de projetos sociais de envergadura. Só porque defendeu os quatro anos de mandato para o presidente Sarney. Enquanto isso, o prefeito Ferrarini de Belo Horizonte, recebeu 700 milhões, a fundo perdido.

Nos tempos do MDB, e, mesmo quando da sua transformação em PMDB, enfatiza o ex-ministro, era possível que grupos ideologicamente diversos se mantivessem unidos. Havia um objetivo comum, a derrocada da ditadura e do autoritarismo. Agora não dá mais, as metas são distintas e até conflitantes — e este é outro argumento que o fez deixar a legenda. Melhor teria sido que os chamados progressistas permanecessem, e os antigos defensores do regime militar saíssem, mas ficou impossível. Lyra lamenta a permanência de líderes de grande valor político e moral, como Paulo Brossard, por exemplo, mas não duvida de que, mais cedo ou mais tarde, eles desistirão. Não quis participar da iniciativa de companheiros como Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scatena e outros, que insistem numa posição protelatória, a de levar o PMDB a fazer oposição ao presidente Sarney, desligando-se do governo. Isso será impossível, já que os fisiológicos tomaram conta da máquina, diz. E chegará o momento, em que aqueles companheiros também seguirão outro rumo.

Por enquanto, Fernando Lyra pretende ficar sem partido. Atuará como constituinte, e como parlamentar avulso, sem pertencer a nenhuma legenda alguma. Examinará as hipóteses. Conclui dizendo que só não dá para ficar num partido que acaba de votar o adiamento das eleições presidenciais para 1989, quem sabe para mais tarde, depois de ter sido o instrumento responsável por levar milhões de brasileiros às praças públicas, exigindo diretas já. Ouve falar até da proposta de adiamento das eleições municipais, constitucionalmente marcadas para novembro. Se elas forem adiadadas, terá sido por obra e graça do PMDB, ao qual não mais se filia.

Quadro complicado

Será muito difícil, quase impossível, que a Assembleia Nacional Constituinte vote um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, nas disposições transitórias da nova Constituição. Assim, eleições presidenciais, só em 1989. Se não desfeito completamente, o quadro das previsões sucessórias muda bastante. Fosse em novembro deste ano, as eleições e os candidatos seriam, com quase toda a certeza, Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Luís Inácio da Silva (PT), Aureliano Chaves (PFL) e, quem sabe, Antônio Ermírio de Moraes, Jânio Quadros, Fernando Collor de Mello e outros, por legendas menores.

Agora, as coisas se complicam. Ulysses Guimarães precisará disputar com Orestes Quércia a indicação do PMDB, no ano que vem. Os dissidentes peemedebistas, se forem muitos, tentarão lançar Mário Covas ou Fernando Henrique Cardoso, por um pequeno partido.

Álvaro Dias, governador do Paraná, entrará no páreo. Leonel Brizola e Luís Inácio da Silva continuam, mas Jânio Quadros perde condições. Antônio Ermírio de Moraes disporá de mais tempo para articular-se politicamente. Correndo por fora, surgirá Waldir Pires, governador da Bahia.

Mais um

Corre no Congresso mais uma estranha história. Do Instituto de Açúcar e do Alcool. Um grupo de usineiros assinou contrato para refinar grande quantidade de açúcar. Não refinou. Mas recebeu 192 milhões de cruzados pelo transporte do produto invisível.

Trabalho

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, pretendia passar a Semana Santa descansando. Não vai mais. Estuda o lado jurídico da proposta elaborada pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen para a redução progressiva das correções salariais.